

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: INCLUSÃO POR MEIO DE PRÁTICAS ATIVAS, CONTEXTUALIZADAS E INTERDISCIPLINARES

Grace Jane Pradi Feiler¹

Neuza Carla Fabro Freire Pereira²

Solange Kieckhoefel Siewerdt³

Juliana Patrícia Petris⁴

RESUMO: As pessoas com deficiência vêm conquistando seu espaço gradativamente, seja na educação, na sociedade ou no mercado de trabalho. Para alfabetizar jovens e adultos, é preciso introduzi-los no universo da escrita. O presente artigo proporciona possibilidades diferentes de olharmos um mesmo fato, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Traçamos como objetivo geral compreender como as escolas e os profissionais de educação estão preparados para receber os(as) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com deficiência, evitando a segregação e a evasão escolar. A metodologia para a realização deste estudo, além de análises teóricas, foi de uma pesquisa de campo, por meio de uma entrevista. A partir dessas ações, foi possível refletir sobre a inclusão dos Jovens e Adultos no processo de ensino e aprendizagem, resultando em uma pesquisa qualitativa em educação. Trabalhar com aulas práticas na EJA proporciona uma interação entre a turma que costuma ser bastante diversificada. Essa troca de conhecimentos e experiências contribui para o processo de ensino e aprendizagem, além da inclusão. Para que a inclusão aconteça de fato, as escolas precisam refletir sobre sua metodologia e a possibilidade de cada vez mais oportunizar momentos para a interação e o agrupamento das pessoas que tenham deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão. Libras. Andragogia. Metodologia da Educação.

INTRODUÇÃO

Quando falamos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos referimos à educação voltada para os jovens e adultos que não tiveram oportunidades de acesso à educação no

¹ Graduanda em Pedagogia pela CATÓLICA SC.

² Graduanda em Pedagogia pela CATÓLICA SC.

³ Graduanda em Pedagogia pela CATÓLICA SC.

⁴ Graduação em Pedagogia (UNERJ - 2008). Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (ICPG - 2009). Mestrado em Educação (UFPR - 2014). Professora e Coordenadora do curso de Pedagogia do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina.

período considerado “regular”. A partir da Constituição Federal de 1988, reflete-se a preocupação em normatizar a idade mínima para o trabalho da criança e do adolescente. No art. 7º da Carta Magna (BRASIL, 1988), encontramos a proibição do trabalho infantil, possibilitando somente a condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade. Oliva (2006, p. 108 apud PEREIRA, 2020) afirma que “[...] àquelas (referindo-se às crianças), devem ser assegurados os sagrados direitos de brincar, estudar, de não trabalhar, de viver, enfim, à infância”. Nesse sentido, é relevante refletirmos sobre como ocorre a capacitação das escolas e profissionais para o trabalho com os(as) alunos(as) com deficiências, pensando em uma educação mais justa e igualitária.

O histórico da EJA retrata um país com décadas de abandono em relação à educação, tendo atingido tristes marcas de analfabetismo no início do século passado. Esta realidade começa a mudar com o processo de industrialização, no qual era necessária uma mão de obra qualificada para suprir a demanda frente aos avanços tecnológicos impostos pelo avanço industrial. Planos de alfabetização e capacitação em massa foram criados para tentar reverter este quadro. Trabalhar com a EJA requer muita atenção e cuidados, visto que encontramos nessa modalidade muitos alunos com deficiência. As pessoas com deficiência vêm conquistando seu espaço gradativamente, seja na educação, na sociedade ou no mercado de trabalho. Um exemplo é a comunidade de surdos que vem passando por transformações ao longo dos anos. A partir do momento em que a Libras foi reconhecida como língua oficial do nosso país, inicia-se a inclusão nas escolas garantindo uma formação mais humana.

As famílias devem incentivar e oportunizar o contato do aluno surdo com sua língua materna, para que ele possa se desenvolver e compreender o mundo a sua volta. Para o sujeito surdo, é importante que aprenda primeiramente sua língua natural, Libras, para que ela possa o auxiliar na compreensão de uma segunda língua. A integração das disciplinas e profissionais de diferentes áreas vem sendo uma solução para trabalhar com as diversidades encontradas em sala de aula. Na Andragogia, por exemplo, que é o processo de mediação do ensino e da aprendizagem dos adultos, existem vários princípios: necessidade de saber, autoconceito do aprendiz, papel das experiências, prontidão para aprender, orientação para aprendizagem e motivação. Na EJA, as propostas de atividades abrangem as ações do cotidiano do aluno. Essas atividades são centradas na aprendizagem

e não somente no ensino, contribuindo para sua autonomia. Para alfabetizar jovens e adultos, é preciso introduzi-los no universo da escrita. Como um mediador, o professor desperta a autonomia do aluno, constrói etapas para o aprendizado e estimula o aluno para que pense cientificamente.

Assim, o presente artigo proporciona possibilidades diferentes de olharmos um mesmo fato, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O tema proposto surgiu a partir das dificuldades que os alunos com deficiência apresentam em relação a sua inclusão na EJA. Com isso, tornou-se foco da pesquisa refletir sobre a inclusão no processo de educação formal de jovens e adultos.

O artigo é fruto do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2020 no curso de Pedagogia, na disciplina de *Metodologia da Educação de Jovens e Adultos*. A disciplina compõe o curso de Pedagogia do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina no 7º semestre. A pesquisa foi proposta a partir do Projeto Interdisciplinar, que reúne disciplinas da fase em que as acadêmicas estão cursando, a pesquisa e a interação com o campo de atuação profissional do(a) pedagogo(a). Como problema, partimos da seguinte questão: de que forma as escolas e os profissionais de educação estão preparados para receber os(as) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com deficiência, evitando a segregação e a evasão escolar? Nesse sentido, traçamos como objetivo geral compreender como as escolas e os profissionais de educação estão preparados para receber os(as) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com deficiência, evitando a segregação e a evasão escolar. Ao passo que os objetivos específicos nos ajudaram a visualizar melhor a condição atual de como as escolas e os profissionais de educação estão preparados para receber os(as) alunos(as) da EJA com deficiência. Para uma análise detalhada, os objetivos específicos estão elencados na sequência:

- Analisar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) de alunos(as) com deficiência nas escolas como um processo contínuo da prática cidadã;
- Construir e analisar teoricamente o processo de ensino e de aprendizagem do jovem e do adulto refletindo sobre as metodologias utilizadas ao longo da história;

- Apresentar ações que contribuam para as escolas incluírem alunos(as) com deficiência e para melhor atuação dos profissionais de educação na Educação de Jovens e Adultos.

O acesso à Educação é um direito incondicional a todos, devendo ser oferecido a todas as crianças, jovens e adultos. Educação essa que tenha qualidade, sendo esta uma condição fundamental para o progresso pessoal e social dos envolvidos. Quando analisamos a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o artigo 205 estabelece que “[...] a Educação é direito de todos e dever do Estado” e o artigo 208 indica que é garantido “[...] o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”. Nesse sentido, podemos entender que a Educação é um direito social inerente à condição humana, devendo ser praticada inclusive no âmbito da Educação Especial de Jovens e Adultos.

Compreendemos que a pesquisa proposta a partir do Projeto Interdisciplinar e o tema sugerido têm uma grande importância para a sociedade e para a academia, pois ele apresenta o valor da inclusão e a necessidade da capacitação dos professores para atender os alunos com deficiências que frequentam as escolas de EJA. Por ser um assunto relevante e discutido nos tempos atuais, os estudantes de Pedagogia são motivados a compreender se o profissional da educação está preparado para trabalhar a inclusão dos alunos com deficiência e de que forma pode-se melhorar para alcançar uma educação mais igualitária, pensando em estratégias que motivem esses alunos a continuarem em sua trajetória escolar. A metodologia para a realização da pesquisa que originou este artigo foi de uma investigação dirigida por meio de perguntas que direcionaram a pesquisa, refletindo sobre a inclusão dos jovens e dos adultos no processo de ensino e aprendizagem a partir da construção de um referencial teórico sobre o assunto. Nesse sentido, a coleta de dados, por meio da pesquisa orientada e da construção de um referencial teórico, resultou numa pesquisa qualitativa em Educação, que visa entender de que forma a escola e seus profissionais estão preparados para receberem os Jovens e Adultos com deficiência, evitando a evasão e preparando-os para o mercado de trabalho e convívio social.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE JOVENS E ADULTOS

A história da Educação básica de Jovens e Adultos começou a ter um lugar de destaque com o fim da República Velha, quando o sistema público de educação começou a se consolidar. No início do século XX, a população brasileira sofria com a falta de oportunidades na área da Educação. Segundo dados do MEC (BRASIL, 2003), o Brasil alcançou a incrível marca de 65% de analfabetismo em 1920. Com o processo de industrialização e urbanização que o Brasil vivia na década de 1930, houve a necessidade de alfabetizar e instrumentalizar a população. Na Constituição de 1934 (BRASIL, 1934), o artigo 150 apresenta a criação de um Plano Nacional de Educação no qual se previa:

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos.

Podemos entender esta fase como o início do processo de sistematização da Educação de Jovens e Adultos. Porém, foi em 1958 que ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, com a participação do educador Paulo Freire (1921-1997). Neste congresso, observou-se o princípio de um avanço nessa modalidade. Paulo Freire surgiu com uma proposta de alfabetização conscientizadora que fosse um instrumento de libertação das classes oprimidas e, em 1963, apresentou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Esse plano previa a alfabetização de, aproximadamente, 5 a 6 milhões de brasileiros por meio da formação de 20 mil "círculos de cultura" e ficou conhecido como "método Paulo Freire". Esse método ensinava o professor a conhecer o seu aluno e o meio onde ele está inserido, levando em consideração suas experiências vividas e deixando de lado as cartilhas previamente elaboradas com lições infantilizadas. Isso vem ao encontro do pensamento de Godotti e Romão (2005, p. 85):

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, a sua 'leitura de mundo', dá o suporte para o desenvolvimento da oralidade, base da aprendizagem da leitura e da escrita. É preciso dar voz aos jovens e adultos, resgatar suas histórias, seus 'causos', fazê-los interagir com os textos, levantando hipóteses, validando-as ou não, mesmo que a leitura inicial seja realizada pela voz do alfabetizador. É nessa interação entre os seus

conhecimentos prévios e os conhecimentos presentes nos textos que os alfabetizados vão construindo os seus possíveis sentidos.

Em 1964, após o golpe militar, o governo do Marechal Humberto Castelo Branco não apoiava a ideia de conscientização da população acerca da realidade na qual estava inserida e o PNA foi extinto por ser considerado uma ameaça. O Governo pensava em um modelo mais apropriado para a formação de mão de obra, com uma educação de concepção tecnicista e, em 1967, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), uma das maiores iniciativas governamentais na área da alfabetização de adultos. Na década de 1970, a educação era voltada para a formação de mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho. Segundo Aranha (1996, p. 213, grifo da autora), “[...] a tendência tecnicista em educação resulta da tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, que se baseia na ‘racionalização’, própria do sistema de produção capitalista”. No final do período da ditadura militar, o MOBRAL foi extinto e substituído pela Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que apoiavam financeiramente as iniciativas do Governo, das entidades civis e empresas, mas não tiveram sucesso e foram extintos antes de alcançarem as metas esperadas, pois foram vistos por estudiosos da Educação como uma tentativa de passar a responsabilidade do público para o privado.

Em seguida, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou aos jovens e adultos o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito (BRASIL, 1988). Já em 1996, a LDBEN nº 9.394/96 destacou a integração da EJA à Educação Básica, garantindo, assim, a flexibilidade da organização do ensino básico (BRASIL, 1996). A modalidade de ensino que constitui a EJA é um direito de todo cidadão e busca dar oportunidade a todos os que não tiveram acesso à educação em tempo hábil, ofertando uma aprendizagem de qualidade, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As ações de uma educação inclusiva possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, a formação para o ingresso no mercado de trabalho e uma efetiva participação social.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação Inclusiva é um direito que todos os cidadãos têm em aprender mesmo que possuam limitações. As escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades de seus alunos e garantir uma educação de qualidade a todos, promovendo a flexibilização do currículo, conteúdo, objetivos e avaliação, utilizando recursos e estratégias que garantam que todos tenham a possibilidade de participar e aprender. Em 1990, foi assinada a Declaração de Caracas, documento que advertia sobre a necessidade da criação de políticas públicas no Brasil que olhassem para os direitos das pessoas com deficiências (DECLARAÇÃO..., 1990). Já em 1994, várias declarações das Nações Unidas culminaram no documento chamado Declaração de Salamanca, cujo princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todos os educandos devem aprender juntos, sempre que possível independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter (DECLARAÇÃO..., 1994). Através da Lei 13.143, de 2015, instituiu-se o estatuto da pessoa com deficiência, que assegura seus direitos em conformidade com as suas singularidades (BRASIL, 2015). O Estado é o responsável por fornecer condições mínimas para que as pessoas com deficiências possam se inserir na sociedade com dignidade e independência.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM A LIBRAS

A Libras é uma língua de sinais visual-gestual, que possui seus significados e suas regras, possibilitando a comunicação, expressando o sentimento, vontades e ideias do locutor. Em 2002, foi reconhecida como língua oficial da comunidade surda brasileira, por meio da Lei nº 10.436. Nesta legislação, a Libras passa a ser disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores (licenciaturas e magistério) e fonoaudiólogos, além de optativa nos demais cursos de graduação (BRASIL, 2002). No ano de 2005, foi publicado o decreto nº 5.626, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Esse decreto autoriza que o ensino seja ministrado em Libras para as crianças surdas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, além das formações para professores, intérpretes, instrutores e outros atores da educação de surdos (BRASIL, 2005).

O ensino da Língua Brasileira de Sinais no processo inclusivo se mostra imprescindível, uma vez que na maioria das escolas regulares o aluno surdo quase sempre é o único que se comunica por meio de sinais, dificultando a interação e a comunicação com seus pares.

A Educação Inclusiva tem como objetivo acolher a todos, promovendo seu desenvolvimento e a aprendizagem. Ela deve reconhecer e valorizar a diversidade como parte integrante da condição humana, pois educar para a diversidade representa inserir alunos, professores e familiares no mundo das diferenças. No Brasil, são muitas as diferenças encontradas, seja econômicas, culturais, sociais, além das pessoas com deficiência. A Educação Inclusiva tem como propósito diminuir os preconceitos relacionados a todas essas diferenças, para que possamos viver em um país sem discriminação de raça, cor, credo e classe social.

Isto está previsto na LDB nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e na Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Precisamos dar uma atenção especial à Educação Inclusiva, visto que na Educação de Jovens e Adultos há muitos alunos com deficiência. A EJA deve favorecer uma educação que promova sujeitos livres, críticos e autônomos. A integração das disciplinas e profissionais de diferentes áreas vem sendo uma solução para trabalhar com as diversidades encontradas em sala de aula. As práticas interdisciplinares são fundamentais para que a inclusão aconteça de forma mais natural na Educação de Jovens e Adultos.

A interdisciplinaridade é considerada uma inter-relação e interação das disciplinas a fim de atingir um objetivo comum. Nesse caso ocorre uma unificação conceitual dos métodos e estruturas em que as potencialidades das disciplinas são exploradas e ampliadas. Estabelece-se uma interdependência entre as disciplinas, busca-se o diálogo com outras formas de conhecimento e com outras metodologias com objetivo de construir um novo conhecimento. Dessa maneira a interdisciplinaridade se apresenta como resposta à diversidade, à complexidade e à dinâmica do mundo atual. (VILELA E MENDES, 2003, p. 529 apud JÚNIOR et al., 2008, p. 22).

A escola inclusiva deve ir em busca da defesa da igualdade de direitos, baseando-se em princípios éticos, promovendo a equidade e a eliminação de qualquer tipo de

discriminação. As pessoas com deficiência estão conquistando seu espaço gradativamente, seja na educação, na sociedade e no mercado de trabalho. A comunidade de surdos vem passando por transformações ao longo dos anos. No século passado, nem existia o intérprete em sala de aula. Havia muita discriminação pela população por não saberem lidar com esta especificidade. Cada pessoa tem suas necessidades específicas. Com isso, o processo de inclusão é complexo e necessita de um olhar diferenciado para cada sujeito.

A HISTÓRIA E A LEI QUE ESTABELECE A LIBRAS COMO LÍNGUA

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida e regulamentada como língua oficial da comunidade surda em 2002 no Brasil, por meio da publicação da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002). Na constituição dessa legislação, a Libras passa a ser disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos, além de optativa para demais cursos de graduação. A língua de sinais não é universal, pois cada país possui a sua. A partir do momento em que a Libras foi reconhecida como língua oficial do nosso país, inicia-se a inclusão nas escolas que visa garantir uma formação mais humana. Mas, para isso, é fundamental que a criança tenha acesso à Língua Brasileira de Sinais desde o seu nascimento. Sabemos que a realidade não é essa, pois muitos surdos têm acesso à Libras apenas quando entram na escola. As famílias devem incentivar e oportunizar o contato do aluno surdo com sua língua materna, para que ele possa se desenvolver e compreender o mundo a sua volta. Para o sujeito surdo, é importante que aprenda primeiramente sua língua natural, Libras, para que esta o ajude na compreensão de uma segunda língua.

Assim, a concepção bilíngue linguística e cultural luta para que o sujeito surdo tenha o direito de adquirir/aprender a LIBRAS e que esta o auxilie, não só na aquisição da segunda língua (majoritária), mas que permita sua real integração na sociedade, pois ao adquirir uma língua estruturada o surdo pode criar concepções e oportunidades, participando ativamente do convívio em seu meio (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 592).

Apesar das conquistas realizadas pela comunidade surda, seja no mercado de trabalho ou na educação, ela ainda não está inserida na sociedade. É de extrema importância incentivar o aprendizado da Libras na sociedade para que a pessoa surda

possa interagir em qualquer ambiente, acontecendo dessa forma a inclusão. Sabemos que há muito a se melhorar para de fato afirmar que o Brasil seja um país inclusivo. A começar dentro das escolas, capacitando professores e profissionais com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), levando esse conhecimento para dentro das salas de aula, priorizando turmas em que se encontram os alunos surdos. Deve-se mobilizar a sociedade do quão importante é o conhecimento dessa Língua, promovendo a comunicação e visando à construção de empatia e respeito pelas diferenças. No entanto, cabe às famílias aceitarem seus filhos surdos, estimulá-los precocemente acreditando nas suas capacidades, pois será um fator importante para o avanço na sua comunicação e no seu desenvolvimento linguístico, cognitivo, emocional e acadêmico. Na visão de Esser (1995, p. 38 apud PEREIRA, 2020):

Os surdos que recebem uma base sólida da família, fato este que leva o surdo acreditar no seu próprio potencial, que é completado na escola especial regular, quando leva dentro de si imagem positiva dos estímulos adequados recebidos ao longo do tempo, tem elementos que podem modificar conceitos negativos existentes na sociedade pela falta de reconhecimento, da sociedade em geral, do aspecto psicológico com relação ao mesmo.

Quando a sociedade brasileira souber se comunicar fluentemente em Libras, além de atentar para as demais deficiências e suas necessidades, poderemos considerar o avanço no que se refere à inclusão e ao respeito pelas diferenças, rompendo as barreiras culturais e sociais.

ANDRAGOGIA E ESTRATÉGIAS DE ENSINO QUE CONTRIBUEM PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Na Andragogia, a aprendizagem é focada mais no que é necessário à vivência do aluno na sociedade, com propostas de atividades que envolvem ações do cotidiano que irão ajudá-lo a enfrentar problemas reais (surgidos na vida pessoal de qualquer ser humano), uma vez que é centrada na aprendizagem e não somente no ensino. Sendo assim, o aluno é um agente de sua aprendizagem, interagindo e se apropriando de saberes que contribuem

para sua autonomia. Segundo DeAquino (2007 apud CARVALHO et al, 2010, p. 84), a “Andragogia, inicialmente definida como a arte de ajudar os adultos a aprender, apresenta-se atualmente como uma alternativa à pedagogia e refere-se à educação centrada no aprendiz para pessoas de todas as idades”.

O processo de alfabetização de jovens e adultos não se resume apenas em juntar letras e formar palavras. Para alfabetizar de fato, é preciso introduzir esses alunos no universo da escrita, mostrando-lhes os principais tipos de textos que estão presentes em nossa sociedade. O que se deve ensinar em uma sala de adultos são atividades como: o nome dos colegas, lista de palavras significativas, calendários e jogos que forneçam aos alunos informações importantes sobre como funciona a escrita. Neste processo inicial, devemos utilizar algumas palavras mais significativas, quando estudadas e analisadas, tornando-se referências de como escrever as outras. É necessário contextualizar as disciplinas, utilizar exemplos de como cada conteúdo aparece na vida de cada um e ter como base a experiência da turma. Outra estratégia adotada nesta fase da alfabetização é o uso das letras maiúsculas para escrever, porque é mais fácil gravar esse tipo de letra e de distinguir uma da outra. A letra cursiva deve ser introduzida depois, quando os alunos já dominam os princípios básicos do sistema da escrita.

Aprender a ler e escrever números, fazer cálculos e interpretar representações gráficas é algo que motiva muito os alunos que estão sendo alfabetizados em uma sala de EJA. A matemática se integra no processo de alfabetização de jovens e adultos e é muito diferente do que ocorre no ensino de crianças. Isso porque, em condições normais, todos os jovens e adultos, independentemente de seu nível de instrução, sabem lidar com situações que envolvem quantificações, contagens e medições. Muitos são capazes de fazer cálculos matemáticos bem complexos sem saber como representar isso por escrito. Com a ajuda dos educadores, os jovens e adultos não escolarizados poderão aprender como representar por escrito os números e os cálculos, o que aumentará as possibilidades de construção desse conhecimento. Graças à sua capacidade psíquica, o homem consegue modificar decisivamente o ambiente a favor da sobrevivência e para uma melhor qualidade de vida, o que se dá por meio da construção do conhecimento que vai adquirindo e transmitindo ao longo das gerações. Nesse sentido, uma das possibilidades de construção

passa pela interdisciplinaridade. Com ela, é possível promover a integração dos conteúdos de várias disciplinas.

A interdisciplinaridade tem sua razão de ser na busca de uma grande teoria, uma nova etapa do desenvolvimento das ciências caracterizado por uma reunificação do saber em um modelo que possa ser aplicado a todos os âmbitos atuais do conhecimento. Para outros, o caminho rumo a maiores parcelas de interdisciplinaridade é provocado pela dificuldade, que se torna mais evidente a cada dia, de delimitar as questões que são objetivos deste ou daquele campo de especialização do saber (SANTOMÉ, 1998, p. 45 apud BERGAMO JÚNIOR et al, 2008, p. 25).

Nesse contexto, é preciso compreender que a interdisciplinaridade é uma prática educacional que procura fazer com que as áreas do conhecimento se complementem de forma que os conteúdos das disciplinas sirvam de apoio ao aprendizado umas das outras.

PESQUISA ORIENTADA

Apresentamos na sequência a pesquisa orientada que foi realizada a partir das questões sugeridas sobre a Educação de Jovens e Adultos. Como estudantes do curso de Pedagogia, conseguimos refletir sobre estratégias que podem contribuir para a atuação do professor em sala de aula, vejamos:

Pergunta um: O professor da EJA tem um grande desafio na sua trajetória, encantar aquele(a) aluno(a) que por diversas motivações abandonou os estudos. Você, como futuro(a) professor(a), de que forma poderia acolher os(as) alunos(as) de modo que eles(as) não desanimem ou desistam em sua primeira dificuldade? Como futuros professores, devemos acolher os alunos de forma a valorizar as diversidades encontradas na sala, escutar e entender o outro, compreendendo seus projetos de vida e trabalhando para, por meio das metodologias e conteúdos propostos no projeto pedagógico, mostrar que é possível alcançá-los. Como destaca Nóvoa et al (2011, p. 537),

O trabalho escolar tem duas grandes finalidades: por um lado, a transmissão e apropriação dos conhecimentos e da cultura; por outro lado, a compreensão da arte do encontro, da comunicação e da vida em conjunto. É isto que a Escola sabe fazer, é isto que a Escola faz melhor. É nisto que ela deve concentrar as suas prioridades, sabendo que nada nos torna mais

livres do que dominar a ciência e a cultura, sabendo que não há diálogo nem compreensão do outro sem o treino da leitura, da escrita, da comunicação, sabendo que a cidadania se conquista, desde logo, na aquisição dos instrumentos de conhecimento e de cultura que nos permitam exercê-la.

Os professores precisam planejar aulas que contemplem as curiosidades e projetos de vida dos alunos, mantendo-os mais motivados para a permanência na escola. O professor deve incentivá-los na busca da construção de seus conhecimentos buscando relacionar a escola com o mundo conhecido. O estudante, muitas vezes, tem o desejo pelo aprendizado, contudo, não consegue conciliar o trabalho com seus estudos. Por isso, a importância do professor em motivá-lo, como descreve Lioncio (2009, p. 37 apud GHENO, 2012, p. 15):

Apesar de o principal motivo a levar a busca pelo retorno aos estudos no Ensino Médio EJA ser o mercado de trabalho, quando os alunos se veem na escola não conseguem conciliar as jornadas, levando-os ao pensamento de desistência em dar continuidade aos estudos, tendo um significado importantíssimo a postura do professor para motivá-los a continuidade aos estudos.

Com isso, percebemos que os professores precisam manter seus alunos motivados, lhes mostrando o caminho a percorrer em busca de ampliar o seu conhecimento, podendo se realizar, seja na vida profissional, familiar ou social. A motivação pode partir, nesse sentido, a partir da acolhida, da construção de metodologias diferenciadas e ativas e das integrações entre as disciplinas, trazendo os conteúdos de forma contextualizada com a realidade da turma.

Pergunta dois: Sabemos que ensinar adultos exige estratégias diferenciadas, como você, futuro(a) egresso(a) do curso de Pedagogia pode se organizar com os conteúdos e quais estratégias utilizaria? Cite exemplos. A Educação de Jovens e Adultos, de certa forma, trabalha com a inclusão, qual a percepção que você, como futuro(a) professor(a), tem sobre a inclusão na Educação de Jovens e Adultos? A EJA deve favorecer uma educação que promova sujeitos livres, críticos e autônomos, respeitando-os e aceitando-os na diversidade em que vivem. O professor deve pensar que é o mediador e provocador cognitivo de novos conhecimentos que serão repartidos e divididos entre ele e os alunos e

vice-versa, respeitando, assim, o educando como ser humano (PICONEZ, 2006 apud MARTINS, 2013).

A integração das disciplinas e profissionais de diferentes áreas vem sendo uma solução para trabalhar com as diversidades encontradas em sala de aula. As práticas interdisciplinares são fundamentais para que a inclusão aconteça de forma mais natural na Educação de Jovens e Adultos. Nesta perspectiva, Souza et al (2005, p. 14 apud PEDROSO; BOURGUIGNON, 2015, p. 81) expõem que a interdisciplinaridade na educação inclusiva é o motor de aprendizagem para o aluno, possibilitando associar vários aspectos relacionados ao conteúdo e “[...] entre os conteúdos de várias disciplinas e desta maneira facilita a associação dos vários saberes, que é de fundamental importância para a fixação de aprendizagens [...]”. Deve-se propor, assim, atividades centradas na aprendizagem e que envolvem o cotidiano dos jovens, auxiliando no enfrentamento de problemas que surgem na vida pessoal de cada um. Utilizar a Andragogia na EJA é um modelo de educação que vem compreender o adulto dentro da escola.

“De acordo com definição creditada, na década de 1970, a Malcolm Knowles, Andragogia é a arte ou ciência de orientar adultos a aprender” (MARTINS, 2013, p. 145). Ela trabalha o conteúdo de forma a trazer novos conhecimentos criando possibilidades de crescimento, estimulando o aluno a pensar no ambiente que vive e melhorando sua qualidade de vida.

Pergunta três: Como você planejará a interação com os estudantes da EJA? Quais as estratégias para conquistá-los trabalhando a autoestima do estudante pelo gosto pelo aprender? Para planejar a interação com os estudantes da EJA, é necessário conhecer um pouco de cada aluno, visto que é uma turma diversificada e podemos encontrar talentos e habilidades que facilitarão a interação e a troca de conhecimentos, levando os estudantes a terem gosto pelo aprender. Trabalhar com aulas práticas nas quais cada aluno possa expor suas habilidades e trocar experiências com os demais vem a fortalecer a interação entre os mesmos e contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. Cajal (2001 apud SANTANA, 2006) lembra que a sala de aula é um espaço social por excelência, cujas regras de funcionamento se estabelecem dentro de um contexto de interações em que o professor age/reage em relação aos alunos e estes agem/reagem em relação ao professor e a si mesmos.

O professor deve trabalhar de maneira que estimule os alunos a manifestarem suas opiniões sobre os conhecimentos construídos em sala de aula. Essa manifestação gera um conflito entre educador e educando, que, então, parece reger as interações.

O conflito é constitutivo na interação quando os participantes pertencerem a grupos sociais muito diferentes, que têm relações de poder muito diferentes. Esse é o caso da interação na aula de alfabetização de jovens e adultos [EJA], em que os participantes são adultos com pouco ou nenhuma escolaridade, por um lado, e uma professora alfabetizadora, por outro (KLEIMAN, 1998, p.279 apud SANTANA, 2006, p. 61).

A autoestima é um dos fatores que motivam o adulto para a aprendizagem, pois quem tem autoestima confia em si mesmo. Sendo assim, o professor deve motivar seus alunos a confiarem no seu próprio potencial, juntamente com a satisfação de estar aprendendo algo novo, pois proporciona a este aluno adulto uma troca de experiência e acesso a outras culturas e informações.

Pergunta quatro: Como você futuro(a) professor(a) planeja estabelecer relação do conteúdo com a vida pessoal e profissional do(a) aluno(a), existe uma relação entre eles ou há importância somente nos conteúdos?

É de grande importância que o professor considere os conhecimentos e a bagagem que cada aluno traz consigo, para trabalhar na sala de aula. Para Freire (2009 apud SANTOS; SOUZA, 2016, p. 68), 'é fundamental que a educação parta das experiências do dia a dia do estudante, no qual o sujeito possa sentir-se parte do processo'. Considerar os saberes dos educandos é preciso. Nada deve ser imposto, pois, de acordo com Freire (2009, p. 27 apud SANTOS; SOUZA, 2016, p. 68), "[...] ao impor a eles nossa compreensão em nome da sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos para a liberdade". Assim, faz parte da função do professor planejar atividades que vão além da sala de aula. Vivemos numa sociedade cercada de outras fontes que podem ampliar o conhecimento e as experiências, como museus, praças, parques, etc. Planejar aulas que relacionam o conteúdo com a vida cotidiana do aluno as tornam mais atrativas e mobiliza mais a participação dos educandos, além de elevar sua autoestima. Outra estratégia é a realização de trabalhos em grupos, pois podem enriquecer ainda mais as práticas pedagógicas, além de aumentar a interação entre eles.

Pergunta cinco: Qual o perfil atual descrito do(a) aluno(a) da Educação de Jovens e Adultos e como a escola percebe esse(a) aluno(a)?

O perfil dos alunos da EJA é bastante variado. Em uma mesma sala, pode-se encontrar alunos de várias faixas etárias com histórias de vida diferentes, vários motivos por ter largado os estudos e inúmeras razões para retornar aos mesmos. Muitos alunos deixaram de estudar, pois precisavam trabalhar e não conseguiam conciliar as duas tarefas ou simplesmente por não valorizarem esse processo na época. Há vários motivos que o aluno tem para voltar a estudar. Muitos são trabalhadores da indústria e buscam por melhores condições e oportunidades no trabalho, enquanto outros querem ser exemplos para seus filhos, conseguindo ajudá-los nas atividades escolares. Como são alunos desistentes uma ou várias vezes, nós, futuras professoras, devemos ter uma abordagem diferente, tornar a aprendizagem significativa e voltada para a realidade desses alunos que chegam à escola com novos objetivos e muitos conhecimentos de vida.

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem a presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno (VILAS BOAS, 2008, p. 26 apud LAIBIDA; PRYJMA, 2013, p. 06).

A aplicação de um currículo integrado que aborda questões do cotidiano amplia as possibilidades de aprendizagem desse aluno e permite que sua vivência auxilie o seu aprendizado escolar.

RESULTADOS

A partir da pesquisa orientada realizada, foram propostas algumas ações para o 1º e 2º ano fundamental do EJA de Jaraguá do Sul, que visam contribuir com o campo de atuação do profissional da Educação na inclusão de jovens e adultos.

A **primeira ação** é uma atividade interdisciplinar de alfabetização para alunos com deficiência intelectual na disciplina de Língua Portuguesa. Essa ação tem o objetivo de identificar nomes de alimentos que aparecem na parlenda “Feijão com arroz”, associar os

nomes dos alimentos que aparecem destacados com as figuras, desenvolver a escrita dos nomes dos alimentos e reconhecer as vogais das palavras aprendidas. Após a leitura da parlenda “Feijão com arroz”, o aluno deverá associar as palavras destacadas com as figuras dos alimentos. Em seguida, reescrever os alimentos retirados da parlenda observando a figura e o nome do alimento. Na sequência, reconhecer as vogais das palavras e descobrir quantas vogais cada uma tem.

A avaliação da ação acontece de forma contínua, observando o interesse e o envolvimento dos alunos na realização da atividade. Espera-se que os alunos associem a figura ao nome da palavra, desenvolvam o sistema de escrita e reconheçam as vogais das palavras aprendidas.

Na **segunda ação**, foi proposta uma atividade interdisciplinar de alfabetização para alunos com deficiência intelectual na disciplina de Matemática. Essa ação tem o objetivo de conhecer os tipos de cédulas monetárias, simular o uso da Matemática em situações do cotidiano, como compras em supermercado. O aluno irá observar as figuras dos alimentos, seus valores e as cédulas de dinheiro correspondentes ao valor. Em seguida, identificar o produto com maior e menor valor. Em sequência, relacionar o produto com as cédulas de dinheiro correspondentes. Nesta atividade, é importante mostrar as várias possibilidades de cédulas e moedas necessárias para se obter o mesmo valor, como, por exemplo, um produto que custa R\$ 5,00 pode ser comprado apenas com uma cédula de R\$5,00 ou com duas de R\$2,00 e mais uma moeda de R\$1,00 ou ainda com cinco moedas de R\$ 1,00, etc.

A avaliação da ação se dá de maneira contínua, observando o interesse e envolvimento do aluno na realização da atividade. Espera-se que o aluno identifique o valor das cédulas monetárias.

Na **terceira ação**, a proposta é uma atividade interdisciplinar de alfabetização para alunos com deficiência intelectual na disciplina de Ciências. Essa ação tem o objetivo de distinguir os alimentos animais dos alimentos vegetais e desenvolver a escrita dos alimentos selecionados. O foco é entender a diferença dos alimentos de origem animal dos alimentos de origem vegetal. Classificar as figuras em relação a sua origem e reconhecer a escrita dos alimentos. A avaliação da ação acontece de forma contínua, observando o

interesse e o envolvimento do aluno na realização da atividade. Espera-se que o aluno diferencie os alimentos em relação a sua origem e desenvolva seu processo de escrita.

Na **quarta ação**, foi proposto trabalhar a empatia no projeto *Ser solidário é...* (WOLF, 2019). Esse projeto tem o objetivo de fazer com que os alunos interajam, sejam solidários e inclusivos. Respeitando as pessoas, independentemente da idade, cor, sexo, deficiência, classe social, cultura ou religião. O fato de ajudar alguém faz com que você se sinta melhor e renova a esperança de muitas pessoas.

A atividade sugere realizar cartazes com gravuras e/ou propor ações de como os alunos podem ajudar as pessoas menos favorecidas. A turma pode ser dividida em cinco equipes e cada grupo fica com uma proposta sugerida, dentre elas: arrecadar entre amigos brinquedos usados e distribuí-los entre as crianças de creches e orfanatos; visitar asilos em finais de semana para conversar e distrair idosos; visitar e ajudar creches e orfanatos, brincando com as crianças; arrecadar roupas e agasalhos para crianças e adultos carentes; arrecadar alimentos com amigos e parentes e distribuí-los entre famílias menos favorecidas.

Os alunos devem debater o assunto montando uma apresentação aos demais colegas da sala. Como sugestão livre, o grupo que se sentir à vontade pode fazer a arrecadação e visitar uma instituição mostrando a sua solidariedade. Essa ação tem a intenção de fazer com que cada pessoa reflita um pouco sobre sua vida, mostrando que sempre podemos ajudar o próximo de alguma forma, seja com alguma doação, com uma visita ou uma simples conversa. Doar algo para pessoas com menos oportunidades faz o aluno enxergar as dificuldades enfrentadas pelas famílias, que por muitas vezes são maiores do que eles imaginam, mobilizando-os para a continuidade e a persistência nos seus objetivos e estudos. A avaliação da ação acontece de forma contínua, observando o envolvimento dos alunos e suas atitudes perante o trabalho realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil passou por muitas mudanças ao longo do tempo e se mostra ainda como um grande desafio aos nossos profissionais e governantes. EJA é um direito de todo cidadão e busca dar oportunidade a todos os que não tiveram

acesso à educação em tempo hábil, ofertando uma aprendizagem de qualidade. A Educação Inclusiva tem como um de seus objetivos reconhecer as necessidades de seus alunos e garantir uma educação de qualidade a todos, proporcionando todos os tipos de acessibilidade e garantindo os direitos sociais de todos os cidadãos, sem nenhuma discriminação. Após a realização da pesquisa, concluímos que os profissionais que atuam na EJA possuem grandes desafios em sua carreira profissional. O aluno possui várias dificuldades que criam obstáculos à conclusão dos seus estudos, como por exemplo, conciliar o trabalho com estudos, baixa autoestima, falta de apoio de seus familiares, etc. Para tentar reverter esta situação, o professor precisa motivar seus alunos, mostrando-lhes a importância de percorrer este caminho visando ampliar o seu conhecimento para que possa se realizar, seja na vida profissional, familiar ou social.

A baixa autoestima é um fator muito presente na EJA e quando não trabalhada pode resultar no abandono dos estudos. O educador tem o papel de motivar seus alunos a confiarem no seu próprio potencial, demonstrar que acredita em suas capacidades e desenvolver a consciência de que aprender é algo prazeroso, criando, desta forma, um ambiente propício para uma aprendizagem eficaz. A interdisciplinaridade é uma prática educacional que procura fazer com que as áreas do conhecimento se complementem de forma que os conteúdos das disciplinas sirvam de apoio ao aprendizado umas das outras. Assim, uma das ações propostas pelo grupo foi a realização de atividades interdisciplinares, buscando relacionar as experiências do cotidiano dos alunos, fazendo com que o aprendizado seja mais significativo. Por meio das disciplinas de Matemática, Português e Ciências, propomos atividades para alfabetização de alunos com deficiência intelectual. Todas as atividades foram baseadas em experiências vividas pelos alunos, como reconhecer as cédulas monetárias ou trabalhar com parlendas que fazem parte do conhecimento popular.

Utilizar o conhecimento prévio dos alunos na realização dos planos de aula possibilita uma maior integração da turma, servindo de incentivo para o aprendizado. Quando o aluno consegue aplicar o conhecimento aprendido em atividades de seu dia a dia, ele entende a importância do saber e se sente mais motivado a aprender. Trabalhar com aulas práticas na EJA proporciona uma interação entre a turma que costuma ser bastante diversificada. Essa troca de conhecimentos e experiências contribui para o

processo de ensino e aprendizagem. Outra ação proposta foi a realização de um projeto que buscava desenvolver a interação, o lado solidário e inclusivo dos alunos. Trabalhar com projetos proporciona o desenvolvimento de um aluno protagonista e ativo, proporcionando um ambiente favorável ao saber. O professor aparece como um mediador, estimulando a autonomia e a autoestima dos alunos e orientando na construção de conhecimentos que acontecerá de forma colaborativa. Espera-se que os alunos busquem elevar sua autoestima de forma a repensarem suas atitudes perante as dificuldades que enfrentam quando pensam em desistir dos estudos. Todos passamos por dificuldades, uns mais, outros menos. Quando participamos de ações como esta, vivenciamos novas experiências e refletimos sobre novas possibilidades de ensinar e de aprender. Ao colocarmo-nos na situação do outro, percebemos que por muitas vezes o problema que enfrentamos é muito pequeno diante do que outras pessoas passam. Por fim, para que a inclusão aconteça de fato, as escolas precisam fazer uma análise interna da sua estrutura, verificando se atendem a todas as demandas para que os alunos se sintam incluídos, se os profissionais estão capacitados para o atendimento dos alunos com deficiência e como os professores estão planejando as ações interativas entre os alunos visando sua acolhida e experiências significativas no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BERGAMO JÚNIOR, Adilson et al. A Interdisciplinaridade no Contexto da Inclusão Escolar. Caderno de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 20-29, 2008. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11147/6899>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 23. dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC, 2003. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-coco-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 19 set. 2020.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de; **FERES JÚNIOR**, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: <https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CARVALHO, Jair Antônio de et al. Andragogia: considerações sobre a aprendizagem do adulto. Ensino, Saúde e Ambiente, v. 3, n. 1, p. 78-90, abr. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21105>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

DECLARAÇÃO DE CARACAS: Documento que marca as reformas na atenção à saúde mental nas Américas. Caracas, 1990. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Prática na área das necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2020.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; **CAPORALI**, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

GADOTTI, Moacir; **ROMÃO**, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2005

GHENO, Giselle. Outro olhar sobre a evasão: O Caso do Neeja Paulo Freire. 2012. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108386/000948521.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 out. 2020.

JÚNIOR, A. B. et al. A interdisciplinaridade no contexto da inclusão escolar. São Paulo, v.8, 2008. Caderno de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. Disponível em:
<<https://goo.gl/Qr27Bt>>. Acesso em: 27 out. 2020.

LAIBIDA, Vera Lúcia Bortoletto; **PRYJMA**, Marielda Ferreira. Evasão escolar na educação de jovens e adultos (EJA): professores voltados na permanência do aluno na escola. 2013. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_ped_artigo_vera_lucia_bortoletto_laibida.pdf>. Acesso em 27 out. 2020.

MARTINS, Rose Mary Kern. Pedagogia e andragogia na construção da educação de jovens e adultos. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 143-153, jan./jun. 2013. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20331/12520>>. Acesso em: 05 out. 2020.

NÓVOA, Antônio et al. Pesquisa em Educação como Processo Dinâmico, Aberto e Imaginativo: uma entrevista com Antônio Nóvoa. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.36, n. 2, p. 533-543, maio/ago. 2011. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227057004.pdf>>. Acesso em 23 out. 2020.

PEDROSO, Jucelene Mendes Valério; **BOURGUIGNON**, Jussara Ayres. O Multidisciplinar e Interdisciplinar na Educação Inclusiva: um relato da experiência da equipe do Centro Municipal de Apoio Especializado de Telêmaco Borba-PR. Magistro, v. 2, n. 12, p. 76-90, 2015. Disponível em:
<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2900/1458>>. Acesso em: 05 out. 2020.

PEREIRA, Gilmar de Jesus. Breve histórico da exploração do trabalho infanto-juvenil. Porto Alegre, 2020. Disponível em:
<http://www.lex.com.br/doutrina_27284325_BREVE_HISTORICO_DA_EXPLORACAO_DO_TRABALHO_INFANTO_JUVENIL.aspx>. Acesso em: 11 out. 2020.

SANTANA, Lícia Rosalee Nascimento Moraes de. Interação e Letramento: Interfaces num contexto de educação de Jovens e Adultos. 2006. 223 f. Dissertação (Mestrado em Letras e

Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em:
<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29251/1/DISSERTA%
c3%87%c3%83O%20Santana%2c%20Licia%20Rosalee%20Nascimento%20Moraes.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29251/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Santana%2c%20Licia%20Rosalee%20Nascimento%20Moraes.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2020.

SANTOS, Cleibiane Lopes da Silva; **SOUSA**, Célia Ferreira de. Oficinas Pedagógicas: valorizando e estimulando os sujeitos do EJA Campo. Revista Prática Docente, v. 1, n. 1, p. 67-78, jul./dez. 2016. Disponível em:
<<http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/15/11>>. Acesso em: 05 out. 2020.

WOLF, Marilda. Ser solidário é... 2019. Disponível em:
<<https://br.pinterest.com/pin/2111131064682217/>>. Acesso em: 21 out. 2020.